

Índice oficial de inflação deixa de existir dia 1º

Edivaldo Ferreira/AE—4/1/95

Contratos não-financeiros com prazo superior a um ano poderão ter cláusula de reajuste automático

BEATRIZ ABREU
e ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA — A economia não terá mais nenhum índice oficial de inflação a partir de 1º de julho. A extinção do IPC-r, que nos últimos 12 meses reajustou os salários e contratos não-financeiros, como os aluguéis, é o ponto de partida do programa de desindexação que o governo lança por meio de medida provisória no final deste mês. Sem um indexador oficial, os salários passarão a ser livremente negociados entre patrões e empregados na data-base de cada categoria. O salário mínimo e a política salarial do setor público terão regras próprias, que não serão definidas agora.

Mas a desindexação não será completa. O governo permitirá que os contratos não-financeiros com prazo superior a um ano, como é o caso de aluguéis e planos de saúde, continuem com cláusula automática de reajuste. "Não vai desindexar totalmente, porque não se muda a mente das pessoas por decreto", disse um integrante da equipe econômica. Segundo ele, a

desindexação total só ocorrerá no momento em que as expectativas da sociedade em relação ao comportamento da inflação forem iguais ou inferiores às do próprio governo. "E essa condição ainda não se tem."

A desindexação dos contratos financeiros vinculados à Taxa Referencial (TR) ainda não está fechada. A equipe econômica continua discutindo alternativas para a TR, mas esbarra em problemas concretos, como o elevado estoque dos financiamentos habitacionais. O presidente da Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança, João Batista Gatti, calcula em R\$ 40 bilhões o valor dos con-

tratos firmados com bancos públicos, privados e com a Caixa Econômica Federal.

A desindexação da economia inaugura uma etapa do Plano Real, com o aprofundamento do programa de governo idealizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso quando era ministro da Fazenda. A desindexação também abre espaço para

que o governo possa atuar mais livremente na definição da taxa cambial. Nenhum assessor confirma alterações na banda cambial adotada em março. Mas nos bastidores se admite que será necessária a correção da taxa de câmbio, inclusive para resolver o problema das contas externas.



**ALUGUÉIS
MANTÉM
CLÁUSULA DE
REAJUSTE**

Vidal Cavalcante/AE—12/5/94



Gatti: contratos do setor imobiliário chegam a R\$ 40 bilhões